

PARECER INDEPENDENTE DE PÓS EMISSÃO

Debênture Verde da TSM, subsidiária da Alupar



SITAWI Finanças do Bem

Rua Voluntários da Pátria, 301/301 – Botafogo

22270-003 – Rio de Janeiro/RJ

contact@sitawi.net | +55 (21) 2247-1136

23 de dezembro de 2020

 **SITAWI**
FINANÇASdoBEM

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 4 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRI 2019 e a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida.

Sumário

I. Escopo	2
II. Opinião.....	3
III. Alocação dos Recursos	5
IV. Impacto do Projeto	7

I. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente de Pós Emissão é prover uma opinião sobre a conformidade com os requisitos para caracterização como “Debênture Verde” da primeira emissão de debêntures de infraestrutura, realizada em dezembro de 2019 pela Transmissora Serra da Mantiqueira S.A, uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) controlada pela Alupar Investimento S.A. Os recursos obtidos com a emissão foram utilizados para pagamentos e reembolsos de despesas de projeto de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica conectado ao Sistema Integrado Nacional (SIN).

A SITAWI utilizou seu método proprietário de análise, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)¹, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Características da emissão e processo de alocação de recursos para o projeto verde elencado durante a pré-emissão;
- Análise dos impactos socioambientais atuais e futuros gerados pela empresa e pelo projeto.

A análise desse parecer utilizou informações e documentos fornecidos pela Alupar, sendo alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa, além de outros elementos adquiridos em entrevistas com equipes responsáveis pela relação com investidores, área financeira e de meio ambiente, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2020.

Este parecer atualiza a opinião pré-emissão, que foi realizada pela SITAWI em dezembro de 2019, e que avaliou o enquadramento das debêntures como títulos verdes. O parecer pré-emissão foi disponibilizado publicamente no *site* da Alupar.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

¹ <http://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/GBP-2016-Final-16-June-2016.pdf>

II. Opinião

Com base na avaliação realizada, a primeira emissão de debêntures da Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. de dezembro de 2019 mantém todas as credenciais ambientais e sociais necessárias para ser caracterizada como Título Verde.

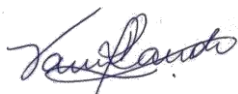
Essa opinião é baseada nas duas análises a seguir:

- Alocação dos recursos
 - a. Os recursos da emissão das Debêntures Verdes foram parcialmente destinados para reembolso e gastos de infraestrutura do projeto da Transmissora Serra da Mantiqueira. O uso dos recursos é o mesmo identificado durante a fase pré-emissão;
 - b. Os recursos temporariamente não alocados no projeto elegível estão investidos em Fundo de renda fixa, cuja composição da carteira apresenta baixo risco de alocação em atividades intensivas em carbono;
 - c. A emissora mantém o compromisso de informar anualmente aos investidores e outros públicos interessados acerca do status de alocação dos recursos no projeto verde assim como seus benefícios ambientais e climáticos, inclusive através do presente relatório.

- Impacto do Projeto
 - a. O projeto gera benefícios ambientais através da transmissão de energia renovável não convencional e através da redução de perdas de energia por melhoria na qualidade da infraestrutura do Sistema Interligado Nacional (SIN);
 - b. Identificamos que os projetos elencados podem ajudar no atingimento dos ODS 7 (energia limpa e acessível) e 13 (ação contra a mudança global do clima);
 - c. A Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. vem adotando medidas efetivas para mitigação dos impactos locais causados pela implementação do projeto.

Dessa maneira, consideramos a empresa apta a gerir e mitigar eventuais riscos socioambientais do projeto que vem recebendo os recursos remanescentes das Debêntures Verdes.

Equipe técnica responsável



Valéria Andrade
Especialista
vandrade@sitawi.net



Daniela Lima
Analista
dlima@sitawi.net



Gustavo Pimentel
Sócio-Diretor
gpimentel@sitawi.net

Rio de Janeiro, 23/12/2020

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Alupar ou de suas subsidiárias. A SITAWI foi responsável por elaboração do Parecer de Segunda Opinião Pré-Emissão desta debênture verde em dezembro de 2019. A SITAWI declara, desta forma, estar apta a emitir um Parecer de Segunda Opinião alinhado aos *Green Bond Principles*.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Alupar. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI¹ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

¹ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

III. Alocação dos Recursos

Conforme definido no parecer pré-emissão, os recursos líquidos obtidos pela Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. por meio da emissão da Debênture Verde foram destinados para pagamentos e reembolso de despesas de projeto de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica, ligado ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Esse projeto é desenvolvido pela Transmissora Serra da Mantiqueira S.A., Sociedade de Propósito Específico (SPE), controlada pela Alupar Investimentos S.A.

A escritura da debênture restringia o uso dos recursos líquidos captados pela emissora por meio da integralização das debêntures para realização de investimentos para implementação do projeto, cujo objetivo está descrito a seguir.

Tabela 1 – Objetivo do Projeto Serra da Mantiqueira.

Objetivo do Projeto	“Instalações de transmissão localizadas nos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, compostas pelo circuito 1 da Linha de Transmissão Fernão Dias – Terminal Rio, em 500 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 330 km, com origem na Subestação Fernão Dias, no município de Atibaia, estado de São Paulo, e término na Subestação Terminal Rio, no município de Paracambi, estado do Rio de Janeiro; bancos de reatores de linha de 3x45,3 Mvar em ambos os terminais de linha; ENTRADAS DE LINHA, INTERLIGAÇÕES DE BARRAMENTOS, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.”
----------------------------	---

A debênture foi emitida em 15 de dezembro de 2019, conforme as regras da Instrução CVM 476, no valor de R\$ 530.000.000. Esse valor representa, aproximadamente, 85,2% do custo total (R\$ 622.000.000) estimado para o Projeto Serra da Mantiqueira. As dívidas foram liquidadas em 26 de dezembro de 2019.

A Alupar informou que a previsão para alocação total dos recursos da emissão será até o mês de agosto de 2022. Até a data de 30 de setembro de 2020, 50,1% do valor total da emissão (equivalente R\$ 265.341.000,00) havia sido alocado com custos de infraestrutura no projeto elegível, dado que o mesmo se encontra atualmente em fase de implantação.

Os gastos até a data de 30 de setembro de 2020 foram comprovados por meio das ‘Demonstrações Contábeis’, de dezembro de 2019, e do ‘Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão dos Quadros Isolados das Informações Contábeis Intermediárias em 30 de setembro de 2020’, datado de novembro de 2020. O detalhamento dos custos em infraestrutura do projeto da Transmissora Serra da Mantiqueira (TSM), bem como a representação dos custos no valor total do Título Verde e do custo do projeto estão apresentados a seguir.

Tabela 2 – Custos em infraestrutura comprovados do projeto TSM.

Ano	Custos em Infraestrutura – Projeto TSM (R\$)
-----	--

2018	11.010.000,00
2019	44.946.000,00
2020-09	209.385.000,00
Valor Total de Gastos Comprovados	265.341.000,00
Valor Total do Título Verde	530.000.000,00
Custo Total do Projeto	622.000.000,00

Fonte: Demonstrações Contábeis (dez/2019) e Quadros Isolados das Informações Contábeis (set/2020).

Tabela 2 – Representação dos custos em infraestrutura comprovados em relação ao título verde e custo total do projeto TSM.

Valor Total de Gastos Comprovados (R\$)	Representação dos Gastos Comprovados em relação ao Valor Total do Título Verde (%)	Representação dos Gastos Comprovados em Relação ao Custo Total do Projeto
265.341.000,00	50,1	42,7

Os recursos estão sendo gerenciados pelo setor Financeiro da Alupar, até sua alocação completa no projeto elegível e definido na escritura da emissão. Temporariamente, os recursos foram e estão sendo investidos no Fundo de renda fixa denominado STA Energia Renda Fixa Referenciado DI FI. A Alupar encaminhou para fins de comprovação o Extrato do Fundo, com posição consolidada em 30 de setembro de 2020. De acordo com o resumo da performance do Fundo, do mês de outubro de 2020, a carteira era composta de 68,21% de Letra Financeira do Tesouro Nacional (LFT), 31,69% de Tesouro IPCA+ (NTN-B) e 0,10% de contas a pagar/receber. Dado que os investimentos citados são de baixo risco, não há risco direto de alocação dos recursos em atividades intensivas em carbono.

A Alupar disponibilizou em seu website o Parecer de Segunda Opinião sobre a emissão de Títulos Verdes elaborado pela SITAWI, informando o uso pretendido de recursos e os impactos ambientais e sociais esperados do projeto financiado. Além disso, a Alupar reafirmou o compromisso de que os indicadores de benefícios ambientais do projeto e de manutenção da elegibilidade do Título Verde serão apresentados anualmente no Relatório de Sustentabilidade da Alupar ou similar.

Já a comprovação do uso dos recursos para os investidores é realizada por meio do Relatório Anual do Agente Fiduciário, elaborado pela empresa Pentágono. A Alupar encaminhou como evidência o Relatório relativo ao exercício de 2019, emitido em 30 de junho de 2020, no entanto, cabe destacar que as obras foram iniciadas apenas em março de 2020. Além disso, as demonstrações financeiras da TSM são publicadas anualmente no *website* da Alupar, na seção de Relacionamento com Investidores, e estão disponíveis publicamente.

Por meio da divulgação do presente Parecer para investidores, a Alupar apresentará a destinação dos recursos captados com a emissão no último ano, bem como os benefícios ambientais auferidos pelo projeto elegível, conforme previsto no parecer de pré-emissão. Conforme mencionado, a partir do ano de 2021, estas informações deverão ser divulgadas no Relatório de Sustentabilidade da empresa ou similar.

Por fim, cabe mencionar que a empresa informou que vem cumprindo todas as exigências e condicionantes ambientais, não havendo controvérsia socioambiental relacionada a empresa ou uso dos recursos no último ano.

Dessa forma, concluímos que os recursos estão sendo alocados no projeto elegível de acordo com o estabelecido na pré-emissão. A parcela ainda não alocada está investida em fundo de renda fixa cuja composição da carteira apresenta baixo risco de alocação em atividades intensivas em carbono. A comprovação da alocação dos recursos será realizada no Relatório do Agente Fiduciário, e o relato dos benefícios ambientais do projeto está sendo realizado através do presente documento, bem como será a partir do ano de 2021 por meio dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade da Alupar ou similar.

IV. Impacto do Projeto

Benefício Ambiental

O benefício ambiental gerado pelo projeto Serra da Mantiqueira está associado ao aumento no volume de transmissão de energias renováveis não convencionais (eólica, solar, UTE a biomassa e PCH).

Esse benefício será demonstrado pela variação do “Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes”, em que cada Usuário Verde representa uma usina geradora de energia renovável não convencional. Assim, o indicador é composto das seguintes variáveis:

- Número de usuários do sistema que geram energia renovável não convencional (Usuários Verdes): mostra a quantidade de usuários que produzem energia renovável;
- Faturamento com transmissão de energia renovável não convencional (R\$): demonstra a disponibilidade do sistema para transmitir energia gerada pelos Usuários Verdes;
- Incremento do faturamento com novos usuários: variável diretamente relacionada com a potência de transmissão de energia (montante de uso do sistema de transmissão - MUST) disponibilizada para os novos Usuários Verdes.

O projeto elegível que receberá recursos desta emissão se encontra ainda em fase de construção, sendo que a Linha de Transmissão está com 52% das fundações concluídas e 20% das torres montadas, e as Subestações estão com 100% da terraplanagem concluída e 75% das obras civis executadas. Nesse sentido, não é possível estimar o benefício ambiental do projeto Serra da Mantiqueira antes que esse entre em funcionamento. O prazo para sua implementação, apontado no documento referente aos resultados do terceiro trimestre de 2020, é até 11 de agosto de 2022.

Na Tabela a seguir, está apresentada a evolução de energia de fontes renováveis não convencionais na atividade de transmissão da Alupar, de modo a demonstrar a relevância do benefício ambiental de suas novas linhas de transmissão.

Tabela 1 – Linha de Base de Benefícios Ambientais das Linhas de Transmissão da Alupar

Benefício Ambiental	2018	2019²	Usuários Verdes sobre o total – 2019 (%)	Var. 2019-2018 (%)
Número de Usuários Verdes ¹	662	694	75,8%	4,8%
Faturamento com Usuários Verdes ¹ (R\$ MM)	140,5	153,9	13,7%	9,6%
Incremento de faturamento com novos Usuários Verdes ¹ (R\$ MM)	-	12,6	-	-

¹ Os Usuários Verdes geram energia por meio de usinas eólicas, solar, a biomassa e PCHs

² Foi informado pela Alupar que houve a redução no faturamento dos usuários total em razão das transmissoras ENTE e ERTE (ciclo 2019-2020), devido à queda de 50% da Receita Anual Permitida, em virtude do aniversário 15 anos da entrada em operação, conforme respectivos contratos de concessão, e revisão tarifária na transmissora EBTE, conforme contrato de concessão. No entanto, em 2019 houve a entrada em operação dos ativos das transmissoras ETAP e ETC.

Além do indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes, o parecer pré-emissão indica que serão monitorados e apresentados anualmente os resultados dos indicadores relativos ao status das licenças ambientais do projeto e a identificação de impactos em áreas de preservação. Conforme mencionado anteriormente, estes indicadores serão apresentados nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade da Alupar ou similar.

No que tange ao indicador referente ao status das licenças ambientais, cabe mencionar que a Licença de Instalação nº 1325//2019 da Linha de Transmissão (LT) 500 kV Fernão Dias – Terminal Rio foi emitida pelo IBAMA em 13/11/2019, e possui validade por quatro anos. Além disso, a Autorização de Supressão Vegetal também foi emitida pelo IBAMA para o empreendimento em 22/01/2020, e possui validade por dois anos.

Em relação ao indicador referente a identificação de impactos em áreas de preservação, a Alupar informou que os mesmos foram minimizados na fase de estudos de viabilidade da Linha de Transmissão. Além disso, a Alupar encaminhou o segundo relatório semestral de implementação do Programa de Supressão de Vegetação, no qual é citado que a supressão da faixa de serviço atendeu rigorosamente a largura total de 5 metros estipulada pelo PBA e conforme previsto na licença ambiental. Além disso, é destacado que a empresa trabalhou com a largura total de 3 metros em trechos da faixa de serviço localizadas em Áreas de Preservação Permanente (APP) e com a largura total de 4,5 metros nos vãos fora de APP. Já no relatório relativo à implementação do Programa de Gestão Ambiental, é indicado que as ações de supervisão ambiental foram realizadas periodicamente nas frentes de serviço, incluindo locais com interferência direta em APPs. Por fim, foi indicado que a Transmissora Serra da Mantiqueira realizará a compensação ambiental no valor de 0,5% do investimento.

Foi contratada empresa de consultoria socioambiental para a execução da gestão ambiental das obras e implantação dos Programas Ambientais referentes ao licenciamento de instalação do projeto TSM. O Plano Básico Ambiental (PBA) do empreendimento prevê 17 programas direcionados ao controle, monitoramento, mitigação e compensação ambiental referente à implantação da TSM, citados mais adiante.

No Segundo Relatório Semestral referente às atividades de maio a setembro de 2020 e divulgado pela consultoria contratada pela Transmissora Serra da Mantiqueira S.A., foi relatado que a pandemia de COVID-19 afetou o andamento de alguns programas ambientais em termos executivos, dada a necessidade de manter o isolamento social.

No entanto, as atividades do setor de construção civil foram consideradas prioritárias pelo Governo Federal e, portanto, as atividades construtivas do projeto e os programas ambientais foram continuados, dentro dos limites impostos pela condição sanitária nacional.

A Alupar identificou os principais impactos ambientais e sociais do projeto, assim como ações para mitigação de riscos, no nível de cada projeto, conforme o quadro abaixo.

Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

<p>Descrição do projeto: O projeto Serra da Mantiqueira é um empreendimento de construção do Lote 19, do Leilão ANEEL nº 05/2016, realizado em abril de 2017. O projeto é formado por instalações de transmissão localizadas nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, compostas pelo circuito 1 da Linha de Transmissão Fernão Dias – Terminal Rio, em 500 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 330 km, com origem na Subestação Fernão Dias, no município de Atibaia, estado de São Paulo, e término na Subestação Terminal Rio, no município de Paracambi, estado do Rio de Janeiro; Bancos de reatores de linha de 3x45,3 Mvar em ambos os terminais de linha; Entradas de linha, interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.</p>	<p>Estado: SP e RJ</p>	<p>Início do desenvolvimento: O início do projeto se deu em agosto de 2017, conforme Contrato de Concessão ANEEL nº37/2017. As obras foram iniciadas em março de 2020.</p>
	<p>Recursos da debênture aplicados: Até 30/09/2020 haviam sido alocados 50,1% do total da debênture (valor equivalente a R\$265.341.000,00).</p>	<p>Término previsto: A data estimada para conclusão da instalação do projeto é abril de 2021. O início da operação comercial pela Alupar está previsto para agosto de 2021, e pela ANEEL, em agosto de 2022. O projeto, por sua vez, possui data estimada para encerramento em 30/08/2047, com prazo de concessão de 30 anos.</p>
<p>Impactos positivos: O Estudo de Impacto Ambiental do projeto Serra da Mantiqueira identificou os impactos positivos associados ao mesmo em todas as suas fases. Na fase de planejamento, foram previstos impactos positivos de aumento do conhecimento local e regional, geração de expectativas (positivas) na população e aquecimento dos estabelecimentos de comércio e serviços na Área de Estudo. Já na fase de instalação, também foram identificados os impactos positivos de geração de expectativas (positivas) na população e aquecimento dos estabelecimentos de comércio e serviços na Área de Estudo, bem como de geração de emprego e aumento da arrecadação tributária. Na fase de operação, está previsto o impacto positivo de aumento da confiabilidade do sistema de transmissão de energia elétrica.</p> <p>Além destes, cabe mencionar o benefício de aumento da capacidade de transmissão de energia renovável não convencional (eólica, solar, UTE a biomassa e PCH) no SIN.</p>		

Principais riscos:

O projeto em questão está localizado nas proximidades da Serra da Mantiqueira, o que exigiu a elaboração de estudo minucioso de alternativa de traçado na fase de viabilidade ambiental. Foi comentado pela Alupar que a implantação do empreendimento exigirá a execução de atividades que irão interferir negativamente nos fragmentos de vegetação interceptados pela Linha de Transmissão, uma vez que algumas áreas deverão ser suprimidas por corte raso para permitir a instalação de estruturas, como as praças de torre, faixa de serviço e acessos. Nesse sentido, essas atividades deverão implicar na intensificação da fragmentação da vegetação nativa existente, remoção de indivíduos de espécies da flora, incômodos à fauna, aumento do efeito de borda, entre outros impactos, tanto em fragmentos existentes em propriedades públicas quanto privadas, no interior e fora de Unidades de Conservação.

Além dos impactos citados, a Alupar destacou como pontos de atenção as atividades de prospecção de paleontologia e arqueologia. Em relação à arqueologia, a empresa informou que nenhum sítio arqueológico foi identificado, e foi solicitada a anuência para Licença de Operação ao IPHAN. Em 09/10/2020 foi protocolado o 'Ofício Preservar – 081/2020' para encaminhamento do Relatório Final do Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da LT 500 kV Fernão Dias - Terminal Rio, e em 21/10/2020 a TSM enviou a Carta TSM-CEM-20-00155-O direcionada ao Centro Nacional de Licenciamento do IPHAN, sinalizando que o empreendimento estava apto a receber por parte do órgão ambiental a anuência da Licença de Instalação e de Operação. Já em relação as atividades de prospecção, monitoramento e patrimônio paleontológico, foi encaminhada evidência da implementação do programa em questão referente à 1º etapa de Paleontologia - Programa de Prospecção, Monitoramento, Resgate e Patrimônio Arqueológico.

Ações de mitigação:

Os impactos mencionados são mitigados pelos planos e programas socioambientais contemplados no Plano Básico Ambiental, que incluem Plano de Gestão Ambiental, Plano Ambiental da Construção, Subprograma de Gerenciamento de Efluentes Líquidos, Subprograma de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Subprograma de Controle de Emissões Atmosféricas, Subprograma de Controle de Ruídos, Programa de Sinalização de Vias e Controle de Tráfego de Veículos Automotores, Programa de Identificação, Monitoramento e Controle de Processos Erosivos, Programa de Prospecção, Monitoramento, Resgate e Patrimônio Paleontológico, Plano de Compensação Ambiental, Programa de Supressão de Vegetação, Programa de Resgate de Germoplasma, Programa de Reposição Florestal, Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna, Programa de Monitoramento da Fauna, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e/ou Alteradas, Programa de Comunicação Social, Programa de Contratação de Mão de Obra, Programa de Educação Ambiental e Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores.

Os programas estão em execução e os respectivos relatórios semestrais de implementação foram recentemente protocolados no IBAMA, em 09/11/2020.

ODS relacionados: